



GÊNERO E DEFICIÊNCIA: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS¹

Laura Paulata², Joice Graciele Nielsson³, Mérian Padilha Alves⁴

¹ Pesquisa desenvolvida na Unijuí; financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PIBIC/CNPq.

² Bolsista CNPq; estudante do curso Direito da UNIJUÍ.

³ Doutora em Direito Público (Unisinos), Mestre em Direitos Humanos (UNIJUÍ), Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos da UNIJUÍ – e do curso de Graduação em Direito da UNIJUÍ. Orientadora da Pesquisa.

⁴ Bolsista PROBIC-FAPERGS; estudante do curso Direito da UNIJUÍ.

INTRODUÇÃO

As estatísticas do ano de 2023 do IBGE demonstraram que, das mais de 18 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, mais da metade são mulheres, com 10,7 milhões, o que representa 10% da população feminina do país. As mulheres com deficiência estão presentes em todas as faixas etárias, etnias, raças, religiões, classes sociais e orientação sexual, e, mesmo assim, muitas vezes, ficam à margem dos próprios movimentos de mulheres pelos seus direitos. Nesse sentido, o trabalho aborda a constituição social da deficiência, a partir da perspectiva feminista no campo dos estudos sobre a deficiência. Para tanto, buscou-se trazer conceitos de como os corpos são vistos na sociedade, bem como a sua relação com as questões de gênero e da deficiência, a fim de chegar a uma categoria valiosa para o debate articulado entre as questões acima referidas.

METODOLOGIA

O presente trabalho contou com uma pesquisa bibliográfica de análise qualitativa, a fim de conceituar e analisar a interface da deficiência com as lutas feministas, através de uma revisão da literatura nacional e internacional, na qual foram analisados artigos e demais produções acadêmicas disponíveis em plataformas digitais, como o Google Acadêmico e o portal de periódicos da CAPES.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro dos estudos sobre a deficiência, encontra-se o modelo biomédico, focado nas limitações funcionais resultantes da deficiência e na necessidade de reparar ou reabilitar o corpo deficiente (Mello e Nuernberg, 2012). Gomes *et.al.* (2019) refere que o conceito biomédico trata, especificamente, dos impedimentos físicos, sensoriais e intelectuais, o que faz com que a pessoa passe a ser vista como incapacitada, devendo ser curada para alcançar a normalidade. Contrariamente à perspectiva individual da deficiência, está a perspectiva social, que entende que a



Na sociedade em que não se reconhece a dependência, a pessoa que cuida torna-se invisível e o trabalho torna-se inferior e uma obrigação dentro de uma hierarquia de gênero que organiza os papéis sociais. Nessa invisibilidade, não há políticas públicas voltadas para o cuidado, tampouco para a proteção social de quem o exerce (Mello e Nuernberg, 2012). Sendo assim, Guimarães (2010) salienta que a deficiência precisa ser vista a partir de uma abordagem transversal, que considere a questão de gênero, para que efetivamente seja possível produzir impactos positivos na vida das pessoas que exercem o ofício do cuidado.

Diante do contexto em análise, observa-se que o gênero está sendo incorporado aos estudos sobre a deficiência, contudo, a deficiência ainda não está efetivamente sendo incorporada aos estudos feministas. Garland-Thomson (2002), exemplifica essa situação ao expor que temas intrínsecos à deficiência, como tecnologia reprodutiva, diferenças corporais, opressão, ética do cuidado e construção do sujeito são estudados de forma isolada nas produções feministas, sem que haja um estabelecimento real com as experiências da deficiência.

Por fim, apesar da urgência de estudos transversais acerca da deficiência nas pautas de gênero e vice-versa, Rosemberg (1999) resgata a importância de levar em consideração a não linearidade das relações entre as dimensões da deficiência e do gênero, visto que elas podem operar de forma hierárquica e não simultâneas entre as demais categorias. Mello e Nuernberg (2012) ressaltam que as diferentes formas de opressão devem ser vistas a partir do peso histórico e social que possuem, em que a deficiência, de maneira singular, pode se distinguir de outras categorias por conta da “natureza aflitiva” dos corpos lesionados, o que é diferente das relações de gênero, raça, etnia, classe ou orientação sexual, que não são perturbadoras em si mesmas, mas sim operam como marcadores sociais da experiência de opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo dos estudos feministas sobre a deficiência surgem como forma de romper a cisão histórica entre gênero e deficiência. Viu-se que os autores da primeira geração do modelo social da deficiência não consideravam as questões de gênero, raça, classe e demais marcadores sociais como elementos constituintes da experiência da deficiência. Contudo, a partir da segunda geração do modelo social da deficiência, com a presença expressiva de mulheres que têm contato com a deficiência, está-se construindo a ideia de que a deficiência precisa ser considerada como uma experiência transversal, como é com o gênero. Por mais que sejam avanços inegáveis na área,



observa-se que, ainda, os estudos de gênero não estão incluindo a deficiência como um de seus indicadores, e isso se deve, dentre outros motivos, ao baixo número de mulheres com deficiência nas universidades brasileiras.

A luta social das pessoas com deficiência guarda grande proximidade com a luta dos movimentos feministas e LGBTQTTI, visto que todos questionam a construção do corpo perante à sociedade. As reflexões desenvolvidas apontam para a importância da transversalidade da deficiência nas questões de gênero, o que convida a novas reflexões do movimento feminista, para que sejam incorporadas as demandas da área da deficiência no enfrentamento à opressão e na luta por condições mais igualitárias de inserção e participação social.

Palavras-chave: Deficiência. Gênero. Interseccionalidade. Modelo social da deficiência. Feminismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Lígia A. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. “**Integrating disability, transforming feminist theory**”. *NWSA Journal*, v. 14, n. 3, p. 1-32, 2002.

GOMES, Ruthie Bonan *et al.* **Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência**. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 1, p. e48155, 2019.

GUIMARÃES, Raquel. “**Gênero e deficiência: um estudo sobre as relações de cuidado**”. In: DINIZ, Debora; SANTOS, Wederson (Org.). *Deficiência e discriminação*. Brasília: Letras Livres, 2010. p. 197-228.

IBGE, 2023. **Estatísticas Sociais**.

KITTAY, Eva F. “**The ethics of care, dependence, and disability**”. *Ratio Juris*, v. 24, n. 1, p. 49–58, 2011.

MELLO, A. G. DE .; NUERNBERG, A. H.. **Gênero e deficiência: interseções e perspectivas**. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 3, p. 635–655, set. 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia. “**Expansão da educação infantil e processos de exclusão**”. *Cadernos de Pesquisa*, n. 107, p. 7-40, 1999.